

---

---

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

|  |    |
|--|----|
| <i>Apresentação</i> .....  | XV |
| Parte 1 – À GUISA DE UMA INTRODUÇÃO .....  | 1  |
| Capítulo 1. Das Garantias Constitucionais da Isonomia, da Tutela Jurisdicional Efetiva e da Duração Razoável do Processo nos Juizados Especiais Cíveis ..... | 7  |
| 1.1. Garantia da isonomia.....   | 9  |
| 1.1.1. Garantia de isonomia no direito processual civil brasileiro .....   | 12 |
| 1.1.2. A Fazenda Pública e a garantia da isonomia no processo.....   | 13 |
| 1.1.2.1. A Fazenda Pública é pessoa jurídica de direito público.....   | 14 |
| 1.1.2.2. A Fazenda Pública é protetora do interesse público e é realizadora do bem comum.....  | 14 |
| 1.1.2.3. A Fazenda Pública é litigante habitual .....  | 18 |
| 1.1.2.4. A Fazenda Pública precisa ser protegida de alguns dos seus procuradores.....  | 20 |
| 1.1.2.5. Da (in)constitucionalidade das prerrogativas processuais da Fazenda Pública .....   | 21 |
| 1.1.3. Garantia de isonomia nos Juizados Especiais Cíveis .....  | 22 |
| 1.1.3.1. A garantia da isonomia e a incapacidade de ser parte nos Juizados Especiais Cíveis .....  | 24 |
| 1.1.3.2. Outras questões relativas à garantia da isonomia nos Juizados Especiais Cíveis .....  | 26 |
| 1.2. Garantia da tutela jurisdicional efetiva .....  | 28 |
| 1.2.1. Dos instrumentos de tutela adequados.....   | 30 |
| 1.2.2. Dos meios probatórios adequados .....   | 31 |
| 1.2.3. Da satisfação da parte vitoriosa .....  | 32 |
| 1.2.4. Do mínimo dispêndio de tempo e de energia .....   | 32 |
| 1.2.5. Garantia da efetividade nos Juizados Especiais Cíveis .....   | 33 |
| 1.3. Garantia da duração razoável do processo .....  | 34 |
| 1.3.1. Da complexidade da causa .....  | 37 |
| 1.3.2. Do comportamento das partes .....   | 37 |
| 1.3.3. Do comportamento das autoridades .....  | 39 |
| 1.3.4. Da duração razoável do processo .....   | 39 |

|  |           |
|--|-----------|
| 1.3.5. Garantia da duração razoável do processo nos Juizados Especiais Cíveis.....   | 40        |
| Capítulo 2. Da Ausência de Norma Criadora/Regulamentadora dos Juizados Estaduais para o Poder Público estadual, Distrital e Municipal..... | 43        |
| 2.1. Da competência legislativa .....  | 44        |
| 2.1.1. Competência legislativa privativa .....   | 45        |
| 2.1.2. Competência legislativa concorrente.....  | 47        |
| 2.1.2.1. Dos limites da competência legislativa concorrente.....   | 47        |
| 2.1.2.2. Da distinção entre processo e procedimento.....   | 50        |
| 2.1.3. Casuística: competência privativa e concorrente.....  | 57        |
| 2.2. Da necessidade de norma específica.....   | 60        |
| 2.3. Da ausência de norma estadual.....  | 61        |
| <b>Parte 2 – JUIZADOS ESPECIAIS FAZENDÁRIOS .....</b>  | <b>65</b> |
| Capítulo 1. Características Gerais dos Juizados Especiais para a Fazenda Pública Estadual, Distrital e Municipal .....                     | 67        |
| 1.1. Da criação dos Juizados Especiais Fazendários.....  | 67        |
| 1.2. Da escolha do procedimento .....  | 71        |
| 1.3. Processo ou procedimento. Aplicação subsidiária de outros diplomas legais .....   | 73        |
| 1.4. Dos princípios informadores .....   | 74        |
| 1.4.1. Oralidade .....   | 74        |
| 1.4.2. Simplicidade e informalidade.....   | 74        |
| 1.4.3. Economia processual .....   | 74        |
| 1.4.4. Celeridade.....   | 75        |
| Capítulo 2. Jurisdição e Competência.....  | 77        |
| 2.1. Da organização judiciária.....  | 78        |
| 2.1.1. Juiz togado.....  | 78        |
| 2.1.2. Turmas Recursais.....   | 78        |
| 2.1.3. Juízes leigos e conciliadores.....  | 78        |
| 2.2. Da competência por pessoa, por matéria e pelo valor da causa .....  | 81        |
| 2.3. Da competência territorial.....   | 85        |
| 2.4. Da competência para execução .....  | 85        |
| 2.5. Outras questões relativas à competência.....  | 86        |
| 2.6. Da limitação temporária da competência dos Juizados Especiais Fazendários .....   | 86        |
| 2.7. Dos procedimentos especiais .....   | 87        |
| Capítulo 3. Sujeitos Processuais .....   | 89        |
| 3.1. Das partes .....  | 90        |
| 3.1.1. Parte ativa .....   | 90        |
| 3.1.2. Parte passiva .....   | 91        |
| 3.1.3. Exclusões.....  | 92        |
| 3.1.4. Pessoas físicas cessionárias de pessoas jurídicas .....   | 95        |
| 3.1.5. Do condomínio residencial e do espólio.....   | 96        |
| 3.2. Dos representantes das partes.....  | 97        |
| 3.3. Do litisconsórcio .....   | 98        |

|  |     |
|--|-----|
| 3.4. Dos procuradores e do Ministério Público.....                       | 99  |
| 3.5. Da intervenção de terceiros.....                                    | 102 |
| Capítulo 4. Dos Atos Processuais.....                                    | 107 |
| 4.1. Da comunicação dos atos processuais.....                            | 108 |
| 4.2. Do tempo de prática de atos processuais.....                        | 110 |
| 4.3. Das nulidades processuais.....                                      | 110 |
| Capítulo 5. Do Procedimento.....   | 111 |
| 5.1. Da petição inicial.....   | 112 |
| 5.2. Da sessão de conciliação e do juízo arbitral.....                   | 114 |
| 5.3. Das respostas do réu.....   | 116 |
| 5.3.1. Da contestação.....   | 116 |
| 5.3.2. Das exceções.....   | 117 |
| 5.3.3. Da reconvenção e do pedido contraposto.....                       | 117 |
| 5.3.4. Da revelia e de seus efeitos.....                                 | 117 |
| 5.4. Da audiência de instrução e julgamento.....                         | 119 |
| 5.5. Das provas.....   | 120 |
| 5.6. Das questões incidentes.....  | 123 |
| 5.7. Do registro dos atos.....   | 123 |
| 5.8. Da sentença.....  | 123 |
| 5.9. Do procedimento sem audiências.....                                 | 125 |
| Capítulo 6. Dos Recursos e outros Meios de Impugnação das Decisões.....  | 127 |
| 6.1. Da competência para julgamento dos recursos.....                    | 128 |
| 6.2. Dos requisitos de admissibilidade dos recursos.....                 | 128 |
| 6.2.1. Do cabimento.....   | 129 |
| 6.2.2. Dos prazos.....   | 129 |
| 6.2.3. Do preparo.....   | 129 |
| 6.2.4. Da regularidade formal.....                                       | 130 |
| 6.3. Dos efeitos dos recursos.....                                       | 130 |
| 6.4. Do cabimento do recurso adesivo.....                                | 130 |
| 6.5. Dos recursos em espécie.....  | 131 |
| 6.5.1. Do recurso inominado.....   | 131 |
| 6.5.2. Do agravo.....  | 132 |
| 6.5.3. Dos embargos de declaração.....                                   | 133 |
| 6.5.4. Do recurso especial.....  | 134 |
| 6.5.5. Do recurso extraordinário.....                                    | 135 |
| 6.5.6. Da uniformização de jurisprudência.....                           | 135 |
| 6.5.6.1. Do <i>amicus curiae</i> na uniformização de jurisprudência..... | 138 |
| 6.6. Do reexame necessário.....  | 139 |
| 6.7. Dos outros meios de impugnação das decisões judiciais.....          | 140 |
| Capítulo 7. Da Execução.....   | 143 |
| 7.1. Do título executivo.....  | 144 |
| 7.2. Do cumprimento das obrigações específicas.....                      | 145 |

|  |     |
|--|-----|
| 7.3. Do cumprimento de obrigação de pagar quantia certa..... | 146 |
| 7.4. Das impugnações .....                                   | 147 |
| Capítulo 8. Disposições Gerais .....                         | 149 |
| Anexo .....  | 151 |
| Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009 .....               | 151 |
| Bibliografia .....   | 155 |